

OFÍCIO. Nº 2/2017-GSLFAR

Brasília, 6 de fevereiro de 2017.

Excelentíssimo Senhor  
Senador Eunício Oliveira  
Presidente do Senado Federal

Saudando-o cordialmente, encaminho relatório de viagem referente à missão parlamentar na qual integrei a Delegação de Senadores presente à 43ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, realizada em Montevideu, Uruguai, em 7 de novembro, nos termos do Requerimento nº 786/2016.

**Senador LINDBERGH FARIAS**



SF/17029.08015-87

## RELATÓRIO DE VIAGEM

O Parlasul é formado por representantes dos parlamentos dos países que integram o Mercosul: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Localizado em Montevidéu, no Uruguai, o órgão é integrado por 139 parlamentares. Sua função institucional é legislar sobre matéria de interesse comum à integração regional, o processo de aprovação das decisões ocorre em plenário, que é a instância essencial da capacidade decisória. As decisões não são vinculantes, o que significa que não há a internalização direta das normas aprovadas pelo Parlamento do Mercosul, ou seja, estas serão encaminhadas a cada congresso nacional para a aprovação em tal instância, a qual se obriga a recebê-las e apreciá-las para finalmente aprovar lei comum a todos os países membros.

O exercício legislativo do Parlamento do Mercosul se divide em comissões temáticas segundo áreas de interesse comum da integração regional. São as dez Comissões Permanentes: Assuntos Jurídicos e Institucionais; Assuntos Econômicos, Financeiros, Fiscais e Monetários; Assuntos Internacionais, Inter-Regionais e de Planejamento Estratégico; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes; Trabalho, Políticas de Emprego, Segurança Social e Economia Social; Desenvolvimento Regional Sustentável; Ordenamento Territorial, Habitação; Saúde, Meio Ambiente e Turismo; Cidadania e Direitos Humanos; Assuntos Interiores, Segurança e Defesa; Infraestrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca; Orçamento e Assuntos Internos.



SF/17029.08015-87

Na segunda-feira, 7 de novembro, às 13 horas, o Parlamento do MERCOSUL se reuniu para sua XLIII Sessão Ordinária, realizada no Edifício MERCOSUL, em Montevideu, Uruguai.

Debateu-se regras do comércio e circulação de pessoas nas regiões de fronteira; temas relativos ao meio ambiente e acordos internacionais dos países do Mercosul com a China e a União Europeia.

Uma das propostas foi a que propôs a criação de uma Comissão Especial de Trabalho com o objetivo de conhecer, sistematizar e avaliar os impactos globais e setoriais nas economias do Mercosul dos distintos acordos comerciais e de investimentos realizados com a República Popular de China. Esta matéria teve encaminhamento pelo arquivamento da Comissão de Assuntos Econômicos do Parlasul.

Além do acordo com a China, os parlamentares debateram as negociações do Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia e a liberação comercial entre os dois blocos. Os parlamentares encaminharam a matéria pela rejeição e pela preocupação com as intenções do Governo Argentino de avançar na integração com a Aliança do Pacífico e o Acordo Transpacífico em razão do efeito negativo que sua implementação possa causar na indústria regional e ao comércio entre os países do bloco. A Comissão de Assuntos Econômicos deu parecer pela aprovação.

Outro assunto apreciado foi a adoção de medidas para implementar procedimentos especiais que permitam regularizar e facilitar a circulação de bens e pessoas nas regiões fronteiriças. Também foi debatido a cota de compra de artigos de turismo nas cidades fronteiriças dos Brasil com os outros países e a adoção de procedimentos especiais que permitam regularizar e facilitar a circulação de bens e pessoas nestas áreas.

O combate à corrupção e a lavagem de dinheiro esteve na pauta do colegiado, com a recomendação do Parlasul pela criação de uma Corte Penal Latino-americanas e do Caribe contra o Crime Transnacional Organizado. Outra proposta dispôs sobre a criação de Grupo de Trabalho para estabelecer Programa do Mercosul a fim de prevenir e combater delitos com impacto regional como o narcotráfico, o tráfico de pessoas e a venda ilegal de órgãos. A Comissão de Assuntos Interiores, Seguridade e Defesa do Parlasul deu parecer favorável à sua aprovação.

A crise na Venezuela foi outro tema abordado, sendo que o Parlamento do Mercosul se propôs a apreciar a proposta de declaração que já passou pela Comissão de assuntos Internacionais, pela qual o Parlamento do Mercosul manifesta seu “Repúdio a Atual Situação Política na República Bolivariana de Venezuela”, referente às ameaças sofridas por membros do Parlasul em razão de ações pertinentes ao desempenho de suas funções.

Outros temas abordados foram referentes às obras da Itaipu Binacional para assegurar a navegação no Rio Paraguai e a recomendação para que seja adotado protocolo que acompanhe as Políticas de Erradicação de Trabalho Infantil nos países do Mercosul.